



Moção pela revisão da BNCC e pela revogação do Novo Ensino Médio

Formar professores para o ensino secundário é, desde a nossa origem, um dos principais objetivos do Setor de Ciências Humanas da UFPR. No Paraná, fomos a primeira instituição de ensino superior assim constituída. Ao longo dos nossos 85 anos, atravessamos muitas reformas educacionais. Sequencialmente, nossos ex-alunos tornaram-se professores do clássico, científico, 2º grau e, mais recentemente, ensino médio. Todavia, essa exitosa história pode estar com os seus dias contados. Diante da recente reforma educacional encabeçada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Novo Ensino Médio (NEM), formar professores de história, português, literatura, inglês, espanhol, filosofia e sociologia, entre outros, poderá se transformar numa inútil extravagância. A BNCC e o NEM, se nada for feito, reduzirão à completa obsolescência uma parte significativa do legado social, acadêmico e educacional do Setor de Ciências Humanas, resultado do esforço de gerações ao longo de quase um século de história.

Por isso, juntamo-nos ao movimento nacional que exige do Governo Federal uma profunda revisão da atual BNCC e a revogação imediata do NEM. Esse movimento é liderado, entre outros, pela Campanha Nacional em Defesa das Ciências Humanas na Educação Básica (CNDCH), que assim também recebe o nosso integral apoio.

A BNCC baseia-se numa concepção equivocada de interdisciplinaridade, que descaracteriza e fragmenta os saberes disciplinares tradicionais, sem nada acrescentar-lhes. Dispensa conhecimentos historicamente constituídos em favor de competências pragmaticamente escolhidas. O NEM, por sua vez, potencializa os vícios da BNCC, ao substituir os tradicionais componentes curriculares por presumidas inovações pedagógicas, para as quais não se dispõem nem de professores com formação específica nem de materiais didáticos elaborados e avaliados pela comunidade escolar e acadêmica.

Impossível não identificar nessa orientação educacional a sua instrumentalização política, que se subjeta aos interesses do “mercado” e aniquila qualquer expectativa de inclusão e transformação social. Consideradas as diferentes condições de acesso a recursos e as distintas capacidades de adaptação às transformações propostas, a implementação do NEM terá como consequência o agravamento das desigualdades de acesso à educação de qualidade entre estudantes a partir de marcadores regionais, sociais e raciais. O uso improvisado e impróprio da educação a distância (EAD), por exemplo, serve para encobrir essas evidentes desigualdades.



A perdurar este cenário catastrófico protagonizado pela BNCC e pelo NEM, a qualidade da formação escolar dos nossos jovens estará irreversivelmente comprometida. A BNCC equivoca-se ao subjugar as ciências humanas ao formato de um assim chamado "itinerário formativo". Filosofia, sociologia, história e geografia, quando destituídas das suas especificidades disciplinares, de seus fundamentos conceituais e metodológicos, decaem em relevância e sistematicidade. O que resta é uma mera justaposição de fragmentos, selecionados e reunidos por razões meramente instrumentais.

O mesmo vale para o itinerário das linguagens, no qual se pretende enquadrar o ensino de português e inglês. É um contrassenso não dar a devida importância ao ensino de espanhol e de literatura quando se trata de um itinerário inteiramente dedicado às linguagens. O ensino de línguas estrangeiras exige uma política de inclusão linguística mais ampla. Suprimir o ensino de espanhol, já suficientemente consolidado em tantas escolas, é colocar-se na contramão desse entendimento.

Tudo isso reflete o temerário processo de concepção, aprovação e implementação da BNCC e do NEM, caracterizado pela notória ausência dos principais agentes da educação básica na sua discussão: professores e estudantes. O resultado carece, portanto, de legitimidade, pois foi imposto a todo o sistema educacional brasileiro, sem passar antes por um amplo processo de discussão e construção democrática, desde a base da escola e da universidade até os fóruns e conferências nacionais.

É urgente, portanto, revisar os graves equívocos teóricos e pedagógicos inerentes à BNCC e revogar imediatamente o Novo Ensino Médio. Para o bem dos cursos de formação de professores da área de ciências humanas nas universidades brasileiras; para o bem da relevância e da qualidade da educação proporcionada aos jovens no ensino médio; para o bem da luta pela diminuição das desigualdades; para o bem do sistema educacional brasileiro, cujos parâmetros normativos não podem aviltar as melhores reflexões pedagógicas e os principais agentes educacionais.

Curitiba, 21 de março de 2023

Setor de Ciências Humanas

Universidade Federal do Paraná